

Ministério das Finanças e da Administração Pública



**ACTUALIZAÇÃO ANUAL DO
PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO:**

PRINCIPAIS LINHAS DE ORIENTAÇÃO

11 de Março de 2011

No actual quadro de incerteza e dificuldades financeiras urge definir as linhas de orientação para 2011-2013, como forma de reiterar o empenhamento do Governo Português para fazer face aos principais desafios:

- ✓ Consolidação das finanças públicas
- ✓ Promoção do crescimento económico e correcção dos desequilíbrios macroeconómicos
- ✓ Estabilização do sector financeiro e melhoria das condições de financiamento da economia portuguesa

Assim, o Governo assume, no âmbito da actualização anual do Programa de Estabilidade e Crescimento, o compromisso de:

1 - Assegurar a trajectória anunciada em Maio de 2010, em termos de ajustamento orçamental

- Trajectória descendente do rácio de dívida pública no PIB a partir de 2013
- Redução do défice: 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013

2 - Prosseguir agenda de reformas estruturais

3 - Reforço e estabilização do sector financeiro

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

- **Implementação em curso** das medidas de consolidação orçamental para 2011 – **ajustamento estrutural do défice em 5,3% do PIB**

| Impacto das medidas de consolidação orçamental em 2011 | % PIB |
|--|-------|
| Redução de Despesa | 3,5 |
| Aumento de Receita | 1,8 |
| do qual: Medidas implementadas em 2010 | 0,8 |

- Reforço dos mecanismos de **monitorização e controlo intra-anual da execução orçamental**: divulgação de metas trimestrais e acção correctiva perante desvios
- **Reforço das medidas** de consolidação adoptadas **como precaução adicional** face aos riscos resultantes da volatilidade do contexto financeiro e económico e como garantia do alcance das metas orçamentais exigentes

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

Reforço em 2011 das medidas de consolidação como precaução acrescida: aprox. **0,8 % do PIB**

- **Saúde:** poupanças adicionais com custos administrativos e operacionais
- **SEE:** reduções adicionais de custos e apresentação de tectos máximos de despesa ao nível de cada empresa até final de Março
- **Transferências para outros sub-sectoros da Administração:** redução adicional em 10% com despesas operacionais e custos administrativos de SFA e redução adicional de transferências para outros sectores
- **Benefícios e contribuições sociais:** redução adicional da despesa com prestações sociais e aumento das contribuições sociais, através do reforço da inspecção e da contribuição obrigatória de estagiários
- **Despesas e receitas de capital:** redução adicional através da recalendarização de projectos (ex. infra-estruturas rodoviárias e escolas) e aumento de receitas através de mais concessões e alienação de imóveis

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

O esforço de consolidação e monitorização em curso, agora complementado com medidas adicionais em 2011...

- Confere uma margem de segurança adicional para o alcance da meta de 4,6% do PIB para o défice em 2011
- Contribui para o ajustamento da trajectória orçamental em 2012 e 2013

...terá de ser complementado por medidas nos anos seguintes, atenta a exigência das metas assumidas.

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

Medidas de redução da despesa: 2,4% do PIB (1,6% em 2012 e 0,8% em 2013)

- ✓ Congelamento do IAS e suspensão da aplicação das regras de indexação de pensões
- ✓ Contribuição especial aplicável a todas as pensões (com impactos semelhantes à redução dos salários da Administração Pública)
- ✓ Redução de custos com medicamentos e sub-sistemas públicos de saúde, aprofundamento da racionalização da rede escolar, aumento da eficiência no aprovisionamento e outras medidas de controlo de custos operacionais na Administração Pública
- ✓ Redução da despesa com benefícios sociais de natureza não contributiva
- ✓ Redução de custos no SEE e SFA: revisão das indemnizações compensatórias, dos planos de investimento e custos operacionais
- ✓ Redução de transferências para autarquias e regiões autónomas
- ✓ Redução da despesa de capital

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

Medidas de aumento da receita: 1,3% do PIB (0,9% em 2012 e 0,4% em 2013)

- ✓ Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC
- ✓ Racionalização da estrutura de taxas do IVA
- ✓ Actualização dos impostos específicos sobre o consumo
- ✓ Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho
- ✓ Combate à informalidade e evasão fiscal: controlo de facturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos

Assim, o impacto estimado das medidas adicionais de consolidação em 2012 e 2013 é de 3,7% do PIB (2,4% via despesa e 1,3% via receita).

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Em paralelo com acções de consolidação orçamental, o Governo está a levar a cabo com sucesso reformas que vão ao encontro de fraquezas estruturais da economia portuguesa...

- Reformas no sistema educativo, com melhoria do sucesso escolar e qualificações da população activa
- Reformas no sistema de científico e tecnológico, com reflexo positivo no perfil competitivo da economia portuguesa
- Reformas laborais, com aumento da flexibilidade e adaptabilidade
- Reformas no domínio da energia, com a redução da dependência externa
- Reformas nos serviços públicos, com modernização e melhoria do ambiente de negócios reconhecido internacionalmente

...mas é necessário reforçar essa agenda, aprofundando as reformas no sentido de promover o crescimento económico e corrigir desequilíbrios macroeconómicos

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Compromisso do Governo português em aprofundar as reformas nas seguintes áreas:

- Promoção de poupança interna e redução do endividamento das famílias
- Mercado de trabalho
- Sistema judicial:
- Mercado de arrendamento e reabilitação urbana
- Energia
- Saúde
- Transportes
- Serviços
- Concorrência

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Promoção de poupança interna e redução do endividamento das famílias

- Reduzir o *gap* entre investimento e poupança interna
- Para além do efeito da consolidação orçamental no aumento da poupança pública, será implementado um conjunto de medidas de promoção da poupança das famílias
- Trabalho conjunto entre o MFAP e o Banco de Portugal:
 - Promoção da educação e literacia financeira, envolvendo todas as entidades públicas e privadas envolvidas e assegurando a coerência de iniciativas na área
 - Facilitar as decisões de poupança, nomeadamente encorajando as poupanças automáticas das famílias
 - Actualizar a atractividade e promover tanto o acesso a produtos de poupança existentes como a oferta de novos produtos
 - Incentivar a disciplina orçamental das famílias e a gestão prudente do endividamento

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Mercado de Trabalho

- Revisão das **indenizações por cessação do contrato de trabalho**
 - Redução para novos contratos (de 30 para 10 dias por ano de trabalho, com extra de 10 via mecanismo de financiamento dos empregadores);
 - Eliminação do valor mínimo (3 meses) e introdução de limite máximo de indemnização (12 meses);
 - Avaliação, até final de 2011, dos resultados desta reforma: impacto na segmentação do mercado de trabalho e consideração da aplicação a contratos de trabalho existentes
- Revisão das condições de atribuição do **subsídio de desemprego**
- Optimização dos procedimentos administrativos para **despedimentos** individuais e colectivos, no contexto da reforma do sistema judicial

Sistema Judicial: elemento crítico do ambiente de negócios, com diversas externalidades. Medidas a implementar durante 2011: gestão de tribunais, simplificação de procedimentos, mecanismos de resolução alternativa de litígios e aumento do recurso a TIC.

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Mercado de arrendamento e reabilitação urbana: dinamização deste sector como base de estímulo à mobilidade de recursos humanos e à redução do endividamento das famílias (pela substituição de compra de habitação)

- Liberalização do controlo de rendas, simplificação dos procedimentos de expulsão do arrendatário perante incumprimento do contrato e redução de procedimentos administrativos para operações de reabilitação

Energia:

- Liberalização dos preços da energia, assegurando serviço universal a preços razoáveis para consumidores vulneráveis através do *phasing-out* das tarifas reguladas na electricidade e gás, que estará completo até ao início de 2013
- Introdução de alterações à legislação para incentivar os produtores de energia renovável a vender energia no mercado
- Revisão os impostos sobre a energia até 2013 para garantir incentivos adequados ao seu uso racional

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Saúde: pacote de medidas com o objectivo de aumentar a **eficiência** e reduzir os custos no SNS. Prosseguir o esforço de redução de despesa anunciado em Dezembro 2010 (comparticipações, controlo da despesa com medicamentos e MCDT, racionalização da rede de cuidados primários, secundários e outras estruturas) com um aprofundamento da intervenção nesses domínios e redução de despesa com sub-sistemas públicos de saúde.

Transportes: eficiência do sistema contribuindo para **poupanças energéticas** e para a **logística** necessária para o crescimento de exportações. Plano Estratégico com implementação prevista para Abril:

- Racionalização da rede de transportes
- Promoção da eficiência energética e redução dos impactos ambientais do sector
- Melhoria do contributo do sector para a competitividade da economia
- Garantir sustentabilidade financeira das empresas

2 – *Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais*

Serviços: transposição total da directiva de serviços como forma de melhorar o funcionamento do mercado nos sectores, promover integração de mercados e melhorar a competitividade:

- Alterações à legislação específica nos sectores da construção e turismo finalizada até Maio de 2011
- Liberalização das profissões reguladas finalizada até Setembro de 2011
- Programa Licenciamento zero: eliminação de licenças substituída por reforço de fiscalização entrará em vigor em Abril de 2011

Concorrência: entrada em vigor célere e eficaz das regras de concorrência enquanto elemento crucial do funcionamento dos mercados. Em 2011:

- Estabelecimento de tribunais especializados
- Revisão da lei da concorrência: simplificação, racionalização de condições que determinam abertura de processos, clareza na aplicação da Lei Penal.

3 – Reforço e estabilização do sector financeiro

É reconhecido que, no contexto da crise financeira global, o sistema financeiro português resistiu bastante bem....

....porém, é necessário colmatar algumas vulnerabilidades no sentido de melhorar as condições de financiamento da economia portuguesa

...para enfrentar os desafios de reforço e estabilização do sector financeiro levar-se-á a cabo uma estratégia baseada em 4 pilares

- 1. Encorajar os bancos a reduzir, de forma sustentada, as suas necessidades de financiamento** (elaboração de planos individuais de médio prazo até ao final de Abril de 2011)
- 2. Incentivar os bancos a desenvolver acções que preservem a liquidez do sistema:** reforço dos colaterais necessários para o acesso aos mercados de repo privados e, como medida de contingência, para o acesso aos empréstimos do Eurosistema

3 – Reforço e estabilização do sector financeiro

... para enfrentar os desafios de reforço e estabilização do sector financeiro levar-se-á a cabo uma estratégia baseada em 4 pilares

- 3. Continuação da promoção de aumentos de capital dos bancos e reestruturações quando necessárias:** preparação, até final de Abril de 2011, de planos de reorganização em cada banco, com calendários e metas relativos à dimensão e composição do balanço, estrutura de capital e eficiência operacional, consistentes com o ajustamento macroeconómico e o processo de consolidação orçamental. O intuito será reforçar rapidamente a base de capital dos bancos, sobretudo atendendo à necessidade de desalavancagem e de recuperação do acesso aos mercados. Estes planos serão avaliados pelo Banco de Portugal até o final de Maio de 2011.
- 4. Prosseguir com a resolução da situação do BPN de forma transparente** quanto às implicações orçamentais e às operações necessárias à sua reestruturação: apresentação, até final de Maio de 2011, de um plano que especificará a calendarização e o processo de reestruturação, com vista ao fim do envolvimento do sector público